

## O papel da lusofonia nas relações entre Brasil e Angola<sup>1</sup>

Leonildes Nazar<sup>2</sup>

### Resumo

Os antecedentes históricos e as experiências criadas, ao longo do processo de formação de identidades entre o Brasil e a África, representam uma resignificação das relações interatlânticas no cenário internacional do início do século XXI. A reaproximação desses dois lados, intrinsecamente ligados, despertou uma parceria expressivamente importante, parte de um projeto político e diplomático, que engloba cooperação, interesses e desafios – como a parceria entre Brasil e Angola. Os avanços e recuos das relações entre os dois lados do Atlântico repercutiram em desdobramentos que criaram conjunturas distintas, inclusive nos últimos anos, com a inserção de empresas públicas e privadas brasileiras em solo angolano. Este trabalho se dedica a compreender um elemento de dimensões estratégicas, que não somente fez parte da construção dessa agenda, mas que também é inextricável às relações temporais entre esses dois países: a lusofonia. Para tanto, o artigo resgata e propõe um debate teórico e ontológico em torno desta questão lusófona, investigando como seu aspecto identitário implica em antagonismos, tensões e expectativas.

**Palavras-chave:** Lusofonia; Identidade; Política Externa; Relações Internacionais; Brasil – Angola.

### Introdução

Conseguimos construir, através do tempo, um elemento fundamental para as relações humanas: a língua. Comunicar-se, utilizando quaisquer que sejam os símbolos, ultrapassou a interação pessoal, e passou a ser ação em diversas dimensões do cotidiano – na política, na economia, no comércio, na educação, na cultura, no social, entre muitas outras.

O trabalho em questão busca compreender a faceta de uma língua em particular, juntamente com seu arcabouço cultural-histórico: a lusofonia. Ao aprofundar o conhecimento sobre a dimensão histórica lusófona, pretende-se

---

<sup>1</sup> O presente artigo é parte de uma monografia de conclusão de curso e foi adaptado especialmente para esta publicação.

<sup>2</sup> Recém-aprovada no Programa de Mestrado em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Integrante e colaboradora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais (Lieri/UFRRJ), ex-coordenadora do Grupo de Estudos e Reflexões sobre Crimes Internacionais (GERCI/Lieri).

refletir sobre o seu papel para as relações entre Brasil e Angola, dois países de mesma língua, mas de diferentes realidades.

A investigação desse “eixo interatlântico” se entrecruza em dois pontos. Primeiro, uma reflexão teórica sobre a lusofonia, como aspecto identitário, instrumento mediador de cooperação, e também promotor de interesses; segundo, uma investigação conjuntural dessa parceria brasileira e angolana, que remete a um passado comum, mas que se delineou por avanços e recuos.

A conjuntura das relações no Atlântico levanta questões que destacam a lusofonia como um dos elementos de uma agenda que se fortaleceu nos últimos 12 anos. Ana Saggiore Garcia, Karina Kato e Camila Fontes (2012) nos mostram que a política externa brasileira, alinhada a um conjunto de medidas que tinham por objetivo forjar um modelo Sul-Sul, de construção de uma ponte para a África, realizou diferentes arranjos, alicerçados por um diálogo diplomático da cooperação.

Esta mesma política externa brasileira conseguiu, pois, consubstanciar uma política internacional multilateral. O Brasil se tornou um *global player* com a inserção de suas empresas multinacionais no cenário econômico de diversos países. Para os países da África, contudo, estas ações foram mais fortes, pela proximidade geográfica e pelos laços históricos – ponto em que emerge a lusofonia.

Nesse sentido, discutir a ideia de uma *comunidade*, baseada na noção de herança linguística, confere um novo status a esta agenda. Aqui, trata-se da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), comunidade esta que possui uma coalizão de atores, cada qual com seus objetivos. A “identidade lusófona” faz parte dessa esfera, e, portanto, é construída, continuamente.

Os desafios que a lusofonia enfrenta como instrumento de aproximação e unidade, e seus efeitos para as relações bilaterais entre Brasil e Angola, quando elucidados, identificam quais fatores consolidam esses posicionamentos, incentivam reflexões e preenchem lacunas sobre esses processos.

Enfatizar um vínculo que possui mais de 500 anos não é apenas benevolência, mas também é expertise. A união Brasil-Angola tem uma vocação potencialista dentro da conjuntura internacional e no mundo lusófono. Essas

diversas nuances precisam ser discutidas, por abrigarem questões que repercutem no presente, e que podem influenciar, de modo crucial, o futuro de ambos os países.

## **A lusofonia**

*“Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó  
O que quer  
O que pode esta língua?”  
(Caetano Veloso)*

Muito se diz de uma língua quando se vê memória, história, som e silêncio de um povo. A proposta deste trabalho é compreender o fenômeno da lusofonia – dimensão de perspectivas, significados, superações e incertezas, que advém desse elo de entendimento linguístico entre Brasil e Angola. Esta análise, por conseguinte, dedicar-se-á a investigar um instrumento capaz de (re)afirmar laços e passado, ao mesmo tempo em que abre espaço para se fazer despertar estratégias e potencialidades, sob a sutileza entre cooperação e interesses – ou, quiçá, entre identidade e poder.

Ao se vislumbrar este complexo lusófono, uma questão importante emerge: o seu papel construiu, nos últimos anos, um eixo dinâmico Brasil-África, de cooperativismo, solidariedade e de estratégia, preservado, especialmente, pelos seus vínculos antecedentes. Observa-se que, por esta perspectiva, esse eixo simbólico se alicerça numa “ponte interatlântica” (RIZZI, 2005) entre Brasil e Angola: é um critério de aproximação e territorialidade, como um instrumento-chave que elucida a configuração de uma parceria bilateral importante e que chama a atenção para um novo olhar crítico.

Eric Hobsbawm, historiador inglês, indicava-nos que “um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX” tem sido “a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas” (HOBBSAWM, 1995, p. 13). O resgate da questão lusófona se depara com essa reflexão, pois a sua história abrange memórias importantes para a compreensão da formação do Brasil, e que, por muito tempo – e ainda – se mantiveram adormecidas.

A lusofonia representa um conjunto de aspectos culturais, sociais, identitários e simbólicos cuja força produz uma ressignificação histórica dos vínculos do passado no presente. Sua dimensão atravessa fronteiras e aproxima pessoas, tornando-se base ideológica de uma *comunidade* (PALMEIRA, 2011), marcada por pluralidade e unidade, ambas as noções dialeticamente entrecruzadas.

Edificada historicamente, a lusofonia se apresenta como elemento que acumula sentidos. Ela abriga uma experiência histórica que se inicia no colonizador português, o qual a disseminou como arcabouço cultural, introduzida nas terras, colônias e mares, primordialmente para a comunicação, e, posteriormente, para a dominação. Eis, assim, o primeiro pilar da lusofonia: a língua.

Da Península Ibérica e do latim; da diáspora portuguesa no século XV até os processos de independência dos povos colonizados, a língua portuguesa foi instrumento basilar na construção de um "mundo lusófono", que perpassa a interação entre o colonizador e o colonizado, o branco e o negro; o índio, o escravo e o comerciante; a África e a América Portuguesa, bem como cria relações de força e dominação.

A língua portuguesa é uma realidade concreta e temporal. Ela não foi concebida espontaneamente no lugar aonde chegou; é por isto que é princípio de entendimento, de relações entre indivíduos, de consciência sobre o outro e sobre si num determinado espaço. Expressa Fernando Pessoa, um dos maiores escritores da literatura em língua portuguesa: "o idioma é o pensamento em ação, e o homem é um animal pensante, e a ação é a essência da vida" (PESSOA, 1986, p. 587).

O português é a quarta língua mais falada no mundo, a língua mais falada no Hemisfério Sul, terceiro idioma do Ocidente, e de 3,8% da população mundial (250 milhões), correspondendo a 4% da riqueza global (RETO; ESPERANÇA, 2014) e cerca de 8% do mundo habitado (LEACH, et al., 2009). É língua oficial de oito Estados – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste, possuindo todos eles plataformas marítimas. Pode-se ainda incluir Macau (China), além de Goa,

Damão, Diu, Dadra e Nagar Haveli (Índia), onde o português é uma língua de uso (SOUSA GALITO, 2006).

Além disso, segundo dados da Bloomberg (MADEIRA, 2013), o português é a sexta língua mais utilizada para negócios internacionais. Na Internet, a língua portuguesa é a quinta entre os idiomas mais utilizados, contabilizando 121 milhões de internautas, de acordo com o Internet World Stats<sup>3</sup>. Cabe ainda destacar os dados das mídias sociais, como o Facebook, onde o português possui o terceiro lugar, com 70 milhões usuários.

Posto a isto, a língua preenche um espaço entre seus sujeitos (HALL, 2006) – é instrumento promotor de uma identidade, que projeta em seus falantes (e os que nela veem potenciais) identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizam seus significados e valores, tornando-os parte de si mesmos. A língua portuguesa conjuga e mistura povos e culturas, assim como também diferentes línguas, criando sentidos novos e *nuances* (PFEIFER, 2011), como pode se observar abaixo.

### Quadro 2: As diversidades do português.

<b>Angola</b>	<b>Brasil</b>	<b>Portugal</b>	<b>Moçambique</b>	<b>Timor</b>
alambamento	Dote	dote	lobolo	barlaque
lavra	terra(s)	terra(s)	machamba	horta
machibombo	Ônibus	autocarro	chapa	microlete

**Fonte:** Instituto Camões (2011).

Vê-se, assim, que o fenômeno da lusofonia não elucida apenas um sentido linguístico, mas também identitário, materializados nas estabilidades de seus sujeitos e no mundo cultural lusófono que eles próprios habitam, ou, como demonstra Hall (2006), tornando-os ambos reciprocamente mais unificados.

A lusofonia é um complexo identitário, que tem na língua sua chave e na história seus laços a compartilhar. Conforme Hall (2006, p. 26) apresenta, “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos

<sup>3</sup> Para mais informações, ver Internet World Stats. Disponível em: <http://www.internetworldstats.com/stats20.htm>. Acesso em: 21 out. 2014.

inconscientes e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”. Deste modo, pode-se dizer que a identidade lusófona foi e é construída por aqueles sujeitos que a compartilham, dentro de suas peculiaridades culturais, dos seus interesses e da consciência de um passado comum.

Porém, Vamireh Chacon (2005) expressa como a língua não é, sozinha, o elemento de identidade, mas ao contrário, “não esgota a cultura, nem determina (sozinha) a civilização<sup>4</sup>, sequer é o único instrumento de afirmação e comunicação”. O caráter lusófono que o sujeito possui é, ademais, “uma enorme quantidade de igualdade de linguagens, sinais e registros de valores: os sons, os gestos, as danças, os números, as cores, as formas, as artes e ciências” (CHACON, 2005, p. 35).

Quando se desperta a identidade lusófona, tem-se reencontros e percepções. Não obstante, Brasil e Angola, sujeitos desse mundo lusófono, trazem de seu passado essa dimensão linguística como elemento importante para a determinação de suas relações. No âmbito cultural, social, diplomático, político e econômico, ambos os países enaltecem seus laços lusófonos (JORGE, 2011), sendo estes fundamentais para suas agendas internacionais.

Nesse sentido, a lusofonia é uma ferramenta geoestratégica e sociocultural, segundo José Marques de Melo (2010), pois promove a configuração de um “espaço geo-linguístico”, de promoção de políticas, de “continente material disperso pelo mundo”. Isto permite ao Brasil e Angola direcionarem um vetor de suas relações internacionais para este elemento identitário.

Ao se deparar com o fenômeno da lusofonia, deve-se observar suas potencialidades mais características. Identidade, cultura, língua: suas *nuances* conflagram construções, que são determinadas a partir das interações entre seus sujeitos, e são elas que determinam seus interesses e comportamentos.

## **Brasil e Angola: um breve histórico**

*“Da minha língua vê-se o mar.*

---

<sup>4</sup> Entende-se, aqui, “civilização” como “mundo lusófono”.

*Da minha língua ouve-se o seu rumor,  
Como da de outros se ouvirá o da floresta  
Ou o silêncio do deserto”  
(Vergílio Ferreira)*

O mundo criado pelo português construiu uma relação entre a América Portuguesa e a África que se mantinha não somente com os negócios da metrópole, mas também com a autonomia das relações entre estas colônias. Embora os seus processos de formação tenham sido distintos, o eixo Brasil-Angola não deixou de existir, e se manifestou de diferentes formas e orientações, ao longo do tempo.

Desde o século XVI, a América Portuguesa mantinha trocas comerciais com a terra de Luanda, fundada em 1576 por Portugal, como São Paulo da Assunção de Luanda. Essas principais trocas se davam pelo tráfico de escravos e pelo comércio da cachaça<sup>5</sup> e do tabaco (CURTO, 1999). O intercâmbio intelectual e político também existiam nessa ponte interatlântica, e a influência do Brasil sobre a região angolana, entre 1650 e 1700, era tão forte quanto de Portugal (PANTOJA; SARAIVA, 1999).

A cachaça, conhecida como *geribita* em angolano, foi o principal elemento das relações econômicas entre Brasil e Angola durante o século XVIII. Este produto era de tal relevância que chegou a ser tema de disputa com o vinho, única bebida alcoólica estrangeira até então predominante nos portos. Ao analisar o embate entre os comerciantes portugueses e brasileiros, José C. Couto associa a bebida alcoólica à obtenção de escravos, e conclui que foi, “esse conflito, resolvido apenas no final do século XIX, em favor da cachaça dos brasileiros” (CURTO, 1999, p. 70).

Já a influência política nesta época está atrelada à *transversalidade*<sup>6</sup> econômica no eixo Brasil-Angola, com a forte presença dos comerciantes (especialmente da Bahia e Pernambuco) nos negócios, em terras angolanas.

---

<sup>5</sup> “Do final de 1600 até a proibição do comércio de escravos ao sul do equador em 1830, a cachaça foi a mais importante bebida alcoólica importada pela capital colonial, permitindo aos comerciantes coloniais na terra de Vera Cruz adquirir, por meio dela, uma proporção significativa de cativos. Durante o século XVIII a cachaça foi o principal elemento das relações econômicas brasileiras com Angola. [...] A cachaça foi originalmente introduzida em Luanda por volta de 1650 pelos comerciantes coloniais brasileiros que procuravam uma entrada no comércio de escravos no oeste da África Central” (CURTO, 1999, p. 69).

<sup>6</sup> Refiro-me, aqui, à transversalidade como sinônimo de verticalização com ramificações (metrópole – colônias – comerciantes – tráfico, respectivamente). A mesma também pode ser vista como “estrutura”.

Joseph C. Miller (1999) resgata a economia política do tráfico angolano e frisa a importância dos comerciantes brasileiros em Luanda, reforçando a influência política anteriormente citada. Em 1648, por exemplo, uma frota brasileira foi responsável pela expulsão dos holandeses de Luanda, comandada por Salvador Correia de Sá (MILLER, 1999, p. 15).

No século XVIII, a língua portuguesa já é ferramenta comercial e também parte dessa estrutura perpetrada pelo tráfico de escravos entre as colônias e metrópole. Com a descoberta das minas de ouro, uma dinâmica de “rede de trabalho” se compõe no interior da colônia africana, mas lusófonos são tidos como resistência à metrópole – os “lusófonos” (MILLER, 1999, p. 22 e 23), crioulos angolanos que mantinham conexões com a economia colonial, proficiência em língua portuguesa e batismo cristão, mas opositores ao controle metropolitano e fraca lealdade à Coroa Portuguesa (MILLER, 1999, p. 20).

Da mesma forma, seja pela invasão holandesa, seja pelas tensões internas de cada colônia – o que comprometeria o tráfico de escravos para o Brasil no século XIX, por exemplo – as relações não deixaram de existir. Em conformidade, a independência do Brasil, em 1822, também repercutiu de maneira direta no outro lado do Atlântico:

“A independência do Brasil, em 1822, teve reflexos na Colônia de Angola. As relações triangulares que uniram Brasil e Angola, e estes dois a Portugal, foram modificadas. A sociedade angolana se dividiu entre grupos pró-independência, interessados na união angolana com o Brasil; e grupos pró-Portugal, que buscava manter a colônia como parte do império português.” (RIZZI, 2005, p. 22)

Entretanto, a colônia de Angola não foi anexada ao Brasil, e, neste contexto, há um esfriamento das relações entre eles. A política do Império brasileiro se regionaliza (CERVO, 2008), no sentido de se afirmar junto a seus vizinhos. O Brasil, ao se tornar independente de Portugal, passa por um período de redirecionamento de suas relações internacionais com a América, em que são delineadas as primeiras perspectivas de uma política externa voltada para o regional.

Portugal, em contrapartida, mantém a sua colonização em Angola, principalmente centrando a estrutura para a exploração de diamantes (SOUZA, *et al.*, 2011). O crescimento econômico da colônia angolana atinge um grande

índice em finais da década de 1930, com a exportação de produtos como café, cana-de-açúcar, sisal e milho.

Este cenário de *cristalização* das relações entre Brasil e Angola se reproduz de modos diferentes em todos os níveis. De um lado, o esquecimento dos vínculos coloniais, a vir do Império o esforço de uma reconstrução “nacional” (SARAIVA; GALA, 2012), o que trouxe também, a longo prazo, a europeização nas letras, nas artes, na imigração; e, de outro, contudo atrelado ao primeiro, o desfalecimento do negro na história, contribuindo com o estranhamento e desconhecimento mais profundo das relações entre Brasil e Angola, até mesmo no âmbito acadêmico.

É somente depois da Segunda Guerra Mundial que há um reavivamento destes vínculos, quando a política externa brasileira empreende novos rumos e Angola adquire sua independência de Portugal.

### **Um salto: 1970 e a perspectivas sobre o Atlântico Sul**

O Brasil, sob uma ditadura civil-militar, reconhece a independência de Angola, em 11 de novembro de 1975. O General Ernesto Geisel, então presidente do Brasil, articulava uma política externa que tinha por objetivo dar continuidade ao fortalecimento do poder nacional, fazendo frente aos desafios internacionais e ao bilateralismo diplomático com os Estados Unidos. Assim, novas diretrizes são tomadas como estratégia, principalmente a aproximação com a África.

Shiguenoli Miyamoto e Williams Gonçalves (1993) relatam em seu estudo “Os militares na política externa brasileira: 1964-1984” que o Estado brasileiro vivia um quadro de novas moldagens, pragmática e responsável, enfrentando as dificuldades internas e externas após o “milagre econômico”. Este projeto decorria de uma descentralização sem perder o controle do poder político, para que “parcela desse poder permanecesse retido nas mãos de aliados confiáveis” (GONÇALVES; MYIAMOTO, 1993, p. 229).

Ao reconhecer como Governo Angolano o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), grupo apoiado por soviéticos e cubanos, o Governo Geisel demonstrou que o interesse nacional estava distante de

qualquer questão ideológica. Como Márcia Maro da Silva (2007) demonstra, “havia a determinação de Geisel e de (Azeredo) da Silveira de reconhecer o vencedor das eleições em Angola independentemente de sua orientação ideológica” (SILVA, 2007, p. 16).

Este quadro, contudo, não é, significativamente, tão simples assim. Para Letícia Pinheiro (2007), no bojo do “pragmatismo responsável” de Geisel, a independência de Angola não foi tomada de modo automático, e, portanto, é necessário compreender os elementos que levaram a essa tomada de decisão, cujo processo transcorre de uma mudança política, em que até quatro meses antes se tinha um distanciamento de quaisquer relações ideologicamente ligadas ao marxismo, e que depois reconhece um governo, inclusive, fortemente ligado a Fidel Castro (PINHEIRO, 2007, p. 84). A autora explica:

“não há dúvidas sobre a existência de fortes elementos a favorecer e, mesmo, tornar possível essa decisão nesse momento. Entre eles, a necessidade de abrir novos mercados de exportação para os produtos industrializados, com o objetivo de manter equilibrado o balanço de pagamentos num período em que os gastos com importação de petróleo haviam quadruplicado. Além disso, era preciso garantir o fornecimento de petróleo, de cuja exportação o país dependia em quase 80%, e para tanto, como veremos, um bom relacionamento com os países africanos tornara-se um requisito. Neste sentido, era crucial para o Brasil livrar-se do fardo de anos de apoio à política colonialista de Portugal adotando uma posição de indiscutível apoio ao processo de independência dos países africanos, a fim de estabelecer um novo tipo de relacionamento com o continente.” (PINHEIRO, 2007, p. 84)

Logo após a Independência de Angola, também no ano de 1975, começaria uma guerra civil entre os principais grupos políticos internos: o MPLA, então reconhecido pelo Estado Brasileiro como Governo de Angola; a UNITA (União Nacional para Libertação Total de Angola); e a FNLA (Frente Nacional para Libertação de Angola). A Guerra Civil angolana substituiu as eleições, e perdurou até 2002, quando as armas cessaram e foi instaurada uma república democrática.

No âmbito de tal processo de transformação da política externa brasileira em direção a um maior protagonismo global, o caráter diplomático do Brasil, fortalecido pela sua presença em organizações internacionais, refletiu-se em seu engajamento em participar das Forças de Paz da ONU em Angola, integrando operações de manutenção da paz (*peacekeeping operations*) (UNITED, 2003).

Uma dessas missões foi a *United Nations Angola Verification III*, a UNAVEM III. Ocorrida entre agosto de 1995 e julho de 1997, a UNAVEM III teve por objetivo apoiar o governo de Angola e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) “a restabelecer a paz e lograr a reconciliação nacional” (UNITED, 2013).

O Brasil contribuiu com um batalhão de infantaria (800 homens), uma companhia de engenharia (200 homens), dois postos de saúde avançados (40 oficiais de saúde, entre médicos, dentistas, farmacêuticos e auxiliares de saúde) e aproximadamente 40 oficiais do Estado-Maior. Durante todo o período da missão, o Brasil também forneceu uma média de 14 observadores militares e 11 observadores policiais<sup>7</sup>.

Os Acordos de Paz para Angola, firmados em 31 de maio de 1994, possibilitaram também a assinatura de um tratado de paz, conhecido como Protocolo de Lusaka. Firmado em 20 de novembro de 1994, foi o responsável por embasar as operações de paz da UNAVEM III. Sob supervisão das Nações Unidas, o Protocolo deveria concluir o processo eleitoral (iniciado em 1992) em Angola, implementar o cessar-fogo entre as partes envolvidas no conflito (o Governo e a UNITA) e garantir a vontade política de restabelecer a paz.

A força militar brasileira chegou a ser o maior contribuinte de tropas para a Missão, que durante quase dois anos foi a maior operação de paz das Nações Unidas (UNITED, 2013), o que surtiu efeitos na posição brasileira em operações de paz da ONU (em 1996, o país se tornou o quarto maior contribuinte de tropas). A UNAVEM III, em seu desfecho, acabou como uma operação sem sucesso<sup>8</sup>, e que, posteriormente, fora sucedida por outras operações da ONU para tentar restabelecer a paz no território angolano.

Assim, o Brasil, com as operações de paz da ONU em Angola, conquistou prestígio e aprofundou as relações em diversos âmbitos com seu parceiro lusófono, sobretudo ao se destacar no Atlântico Sul. O momento pós-guerra

---

<sup>7</sup> Dados do site do Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/unavem>. Acesso: 20 abr. 2014.

<sup>8</sup> “O mandato da UNAVEM III expirou em junho de 1997, e foi sucedida com a criação da MONUA (Missão de Observação das Nações Unidas em Angola), com uma força militar reduzida de apenas 1.500 homens. Após essa tentativa da ONU em restabelecer a paz no território angolano, existiram ainda mais duas operações, de naturezas distintas: o Escritório das Nações Unidas em Angola (UNOA) e a Missão das Nações Unidas em Angola (UNMA). A guerra civil em Angola só teve fim em 2002, com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi”. Fonte: <http://www.batalhaosuez.com.br/ForcasDePazAngolaUnavemIII.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

civil do Estado angolano fez com que os dois países lusófonos promovessem uma parceria que atendesse ao desenvolvimento econômico e social, almejando a paz pós-conflito (*peace bulding*), com ações de acertos diplomáticos e com trabalhos de reconstrução do país.

### **A Política Externa Brasileira (2002-2014) e a lusofonia**

O esforço do Brasil em possuir um protagonismo internacional se desenhou de diversos modos para a África. Por avanços e recuos, percebe-se que a política interna do Brasil, seu período de transição da ditadura civil-militar para a democracia, em 1985; as conjunturas econômicas dos anos seguintes, e a política externa de cada um dos governos pós-ditadura civil-militar – Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma – influenciaram profundamente nas expectativas das relações internacionais entre Brasil e África, e, logo, Angola.

A linha da política internacional angolana depois da guerra civil que alastrou o país também contribuiu para o fortalecimento da agenda entre os dois países. O processo de crescimento econômico em Luanda acontece com o incentivo de políticas econômicas para o desenvolvimento – abertura do mercado para o capital externo, investimento de empresas estrangeiras (principalmente China e Estados Unidos), e um mercado orientado ao mercado internacional, com uma forte intervenção estatal (SOUZA, *et al.*, 2011).

Este cenário pós-guerra civil em Angola se mostrou propício para a política externa adotada pelo Brasil, a partir do Governo Lula (SARAIWA, 2012). O discurso de “cooperação entre iguais” fez despertar os vínculos identitários linguísticos para a *harmonização* de interesses nos dois lados do Atlântico. As relações entre Brasil e Angola passaram a ser ditadas pelo *soft/hard power* (GARCIA, *et al.*, 2012), do lado brasileiro, e pela recepção otimista, do lado angolano.

Ao se analisar este panorama, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>9</sup> surge como entidade de importância entre o Brasil e a África lusófona. É, pois, institucionalmente, que o Brasil se projeta a nível internacional, contribuindo para a difusão diplomática na CPLP, e se aproximando – estrategicamente – de seus Estados membros.

O histórico da Comunidade de Países de Língua Portuguesa se inicia em 11 de novembro de 1989, na cidade de São Luís (Maranhão), onde o então presidente brasileiro José Sarney realizou o I Encontro de Países de Língua Portuguesa. Reuniram-se países africanos lusófonos, em que foi decidida a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede na Cidade da Praia, em Cabo Verde. Este Encontro teve a ausência de Angola, mas, anos mais tarde, culminaria na ratificação da CPLP como órgão que reúne oito Estados membros lusófonos.

A reflexão sobre este panorama opera no sentido de dar luz à outra faceta da lusofonia, ao contrário daquela “afetiva”, benevolente, exaltada, contemplada. A linguagem é uma ferramenta que estabelece símbolos, e toda comunicação possui significados. Pode ser que, assim, a interação entre atores, no discurso e na interlocução, fuja do plano da *horizontalidade*.

Após a CPLP se consolidar como entidade formal do mundo lusófono, a agenda internacional do Brasil para a África a manteve como referência importante de concertação política-diplomática, e para sua atuação em termos de cooperação técnica, exportação de bens e serviços, saúde e ciência, defesa e segurança, investimentos, fortalecimento institucional, aspectos do desenvolvimento e bem-estar humano e intercâmbio cultural. Não obstante, José Flávio Sombra Saraiva afirma que “a política africana do Brasil dos dois governos de Lula e do iniciante governo de Dilma utiliza a CPLP como uma plataforma de operação atlântica” (SARAIVA, 2012, p. 109).

A concertação diplomática da CPLP estende sua agenda para novos temas na atualidade. Uma dessas abordagens é a discussão sobre o potencial

---

<sup>9</sup> “ A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. Criada em 17 de Julho de 1996, a CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira.” Fonte: <http://www.cplp.org/id-46.aspx>. Acesso em: 15 abr. 2013.

marítimo do Atlântico<sup>10</sup> para as parcerias comerciais, econômicas e de segurança. Alguns projetos dentro dessas áreas já foram incorporados em âmbito formal, como em recomendação do Conselho de Ministros da CPLP sobre os espaços oceânicos, em 2007 (ACCIOLY; MORAES, 2011, p. 124-125). É interessante ressaltar que, neste tema, há, continuamente, uma referência à “identidade marítima” lusófona.

Os condicionantes internos em Angola, por meio do processo de redemocratização, criaram expectativas no Brasil na “década de ouro do crescimento econômico na África” (SARAIVA, 2012, p. 97), ao longo da primeira década do século XXI. A lusofonia, sobretudo, constitui-se como elemento catalisador deste quadro, facilitando o diálogo, o discurso diplomático, as parcerias institucionais, e, sem precedentes, a entrada de empresas multinacionais brasileiras em solo angolano.

Para José Flávio Sombra Saraiva, a confluência de vetores voltados para a África faz parte de “uma estratégia concertada dos interesses nacionais e seus protagonistas, particularmente dos empresários da expansão do capitalismo brasileiro e dos agentes da diplomacia” (SARAIVA, 2011, p. 98).

Amado Cervo (2008) destaca alguns aspectos que justificam essa inserção brasileira no continente africano. O primeiro deles é o *multiculturalismo*, como elemento de autenticidade e heterogeneidade na sociedade brasileira, que permitiu ao país dialogar e promover uma diplomacia por meio do discurso da cooperação, do cultivo de relações com todos os povos, beirando o universalismo. Neste plano, situa-se a língua, a historicidade, as práticas, a cultura, a identidade, enfim, a lusofonia como instrumento de política.

Em outro ponto, Cervo argumenta que o *multiculturalismo* não se constitui como aspecto único desse panorama. Ao contrário, este seria a base da realização de interesses concretos, derivados, principalmente do escopo das grandes empresas, com a industrialização e as exportações para a África. Tendo isto em vista, ele completa:

---

<sup>10</sup> Este potencial já havia sido evidenciado, em 1986, com a iniciativa brasileira de criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, a ZOPACAS, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas (CERVO, 2008).

"A opção estratégica – Terceiro Mundo como mercado de manufaturados brasileiros – revela que o *multiculturalismo* não constitui uma ideologia da política exterior, a dominar seus objetivos e direções. Bem ao contrário, terceiro-mundismo e *multiculturalismo* veiculam interesses concretos e relevantes e preenchem requisitos de desenvolvimento nacional." (CERVO, 2008, p. 294)

A ideia de "Atlântico Sul" agrega um valor geográfico, mas, sobretudo, geopolítico. Por essa visão, "a promoção da paz regional, o empurra para fora da área de potências militares estranhas e a cooperação para o desenvolvimento" (CERVO, 2008, p. 295) são componentes do Eixo Brasil-Angola.

As *relações políticas interatlânticas*, reafirmadas com grande força no início deste século, descobriram que o passado nunca fora tão importante, e permitiram que a aproximação entre Brasil e Angola se consolidasse em uma parceria bilateral que favorecesse o empresariado brasileiro (GARCIA, et al, 2012). Não somente se destaca o capital brasileiro como base desse Eixo, como também o Governo angolano se mostra otimista por essa coalizão.

Ou seja, a identidade não é apenas um resultado histórico e cultural, compartilhado pelos seus agentes por simples afinidade, mas é, também, tomada como instrumento estratégico, componente de aproximação e inserção no espaço do outro. Por essa percepção, a lusofonia personifica negócios e valores para seus atores (indivíduos, Estados, governos, blocos políticos, empresas, etc.).

## **A lusofonia – identidade e poder**

A discussão sobre identidade provoca olhares múltiplos sobre o mesmo objeto. Isso se explica, principalmente, porque a identidade é um efeito de reconhecimento, de um olhar sobre o outro, e de um olhar sobre si mesmo. Quando se apresenta a relação entre identidade e poder, há também resultados múltiplos: domínio, interesses, dissensões e tensões.

Por possuir um leque teórico amplo, o conceito de identidade sofre interpretações distintas. Contudo, é possível observar que, ao aproximar as relações internacionais da lusofonia, e, por conseguinte, ao trabalho em questão, compreende-se que a dimensão identitária que a lusofonia agrega,

também faz parte de um conjunto de elementos de uma agenda estratégica, que pode ser real, por ser real em sua consequência.

O Construtivismo, corrente que emerge como alternativa ao *mainstream* teórico das Relações Internacionais do final do século XX, compreende-se como uma perspectiva holista (sociedade constrói o agente, bem como também o é) e subjetivista (interação entre os agentes) que discute o peso das ideias para analisar a articulação entre os agentes e suas identidades nas relações internacionais. O significado dos elementos que emergem das relações sociais e o que eles representam para a sociedade reciprocamente são, num sentido ontológico, o que estabelece a realidade e como essa mesma realidade é modificada, por meio das ações humanas<sup>11</sup>.

Alexander Wendt traz para o debate das Relações Internacionais uma teoria estrutural que discute como as relações sociais formam o interesse dos Estados, por meio de uma visão dialética de co-constituição da agência e estrutura (WENDT, 1992). Assumindo uma perspectiva Estado-cêntrica a despeito das teorias clássicas<sup>12</sup>, as quais concebiam o Estado como uma verdade a-histórica, Wendt define-o como um agente construído socialmente (SARFATI, 2005, p. 264). Não obstante a isso, o interesse dos Estados também pode ser determinado pelo processo de construção de sua identidade.

Nesse sentido, para Wendt (1992), a identidade contribui para a construção dos interesses dos Estados, e se torna real quando seus agentes interagem. A identidade lusófona é, inspirada pela percepção de Wendt, uma variável determinante das interações/relações entre os seus agentes. Ademais, Brasil e Angola são sujeitos que se relacionam de modo a consolidar interesses, em que consubstanciam os significados criados por meio de um processo de cooperação, de articulação e de ações sociais cujas construções são capazes de criar expectativas.

Cabe incluir à reflexão o conceito de José Flávio Sombra Saraiva (2012) sobre a questão da identidade lusófona. A "África parceira do Brasil atlântico" é um conceito que explicita a característica dessas relações, nos últimos anos:

---

<sup>11</sup> A teoria construtivista é muito influenciada pela sociologia norte-americana, principalmente pelos interacionistas simbólicos. (BARNETT, 2008).

<sup>12</sup> As teorias consideradas clássicas nas Relações Internacionais são o Realismo e o Liberalismo. (SARFATI, 2005).

aqui, identidade (e valor) e interesses não são antagônicos, mas sim se alinham às oportunidades materiais. Afinal,

“Incluimos a África em nossas agendas prioritárias. É hora para rever projetos e interesses dirigidos apenas por razões da política interna egoísta. Grupos se organizam em torno de temas como a diversidade cultural, a revisão da história nacional ou do papel dos africanos na reconstrução cidadã. A África é de interesse e valor na agenda externa do Brasil, seja comercial, diplomática, de barganha ou solidariedade com ação política.” (SARAIVA, 2012, p. 127)

Ao realizar uma reflexão sobre essas interpretações, pode-se pensar a lusofonia como um fenômeno que perpassa os campos simbólicos, representativos, e se materializa em instrumento, em uma esfera identitária capaz de prover objetivos, transformar, sujeitar. O espaço em que se assume pode criar relações subjetivas, causais, efetivas e de poder.

O Eixo Brasil-Angola, que movimenta capital e pessoas, expressa entusiasmos financeiros, comerciais, políticos, culturais, e em outros campos mais. Quando são importados, de um para o outro, canais de TV, novelas, filmes, marcas, artistas, jornais, revistas, música, literatura, conteúdo midiático, sem contar matérias-primas, bens e serviços, atribui-se um peso maior à língua, pela facilidade de inserção, e capacidade de possuir valor de mercado.

“Em Angola, graças às parabólicas que recebem os sinais das emissoras brasileiras Globo e Record, elas não perdem um capítulo. As novelas brasileiras são, de longe, os programas de maior sucesso. Mais do que apenas entreter os telespectadores africanos, os seriados brasileiros são usados por muitos como referência sobre o que vestir. Por isso, Cristina e Inês precisam ficar atentas ao figurino. ‘A blusa que eu comprei é igual à da Ellen’, observa Inês, referindo-se à personagem interpretada pela atriz Taís Araújo. Nas ruas do Brás, os lojistas também confirmam a influência das novelas na escolha do que comprar. ‘Tudo o que as atrizes da Globo estão usando as angolanas levam’, diz a dona de uma loja do Brás. ‘Hoje em dia, o que mais sai são as roupas da Ellen e da Leona (interpretada por Carolina Dieckmann)’.” (BORGES, 2007)

A *cooperação*, em termos de política internacional, tem sido a prerrogativa das relações entre Brasil e Luanda nos últimos anos. A lusofonia faz parte desse cenário, cujo ponto focal foi a internacionalização das empresas multinacionais brasileiras em Angola. A *cooperação Sul-Sul* (GARCIA, *et al.*, 2012), em sua dimensão, contribuiu para consubstanciar interesses, e fortalecer o capital brasileiro nessa ponte interatlântica.

As realidades de Brasil e Angola são distintas, o que começa pelas suas dimensões. E as assimetrias não se estendem apenas a aspectos físicos e geográficos; mas se enaltecem em termos de concertação política: quando a “solidariedade” transpassa a condicionalidade de relações de poder, em que o maior se sobrepõe e empodera seus atores.

A lusofonia contribuiu para que essa *cooperação* tomasse sentidos plurais, inclusive hierárquicos. Os seus efeitos, como componente identitário, geram facilidades a quem lhe promove, e revelam certo ciclo vicioso, dependente, nesse quadro angolano, onde os vínculos podem ser importantes para o crescimento e desenvolvimento. Por conseguinte, o plano identitário agrega uma *concepção ideológica*, que pode funcionar como instrumento de dominação, porquanto agir por meio do convencimento e da coerção<sup>13</sup>.

Fernando Venâncio (2011), escritor e crítico português, desenvolveu interessantes estudos sobre a língua portuguesa. A lusofonia é, segundo ele, uma utopia no imaginário dos que a promovem como “unidade”, e representa apenas “o reino da falácia” (VENÂNCIO, 2011). Essa perspectiva esbarra, em contrapartida, com a ideia de luso-tropicalismo, tão trabalhada por Gilberto Freyre:

“Ora, o que denominamos *civilização lusotropical* não é, biossocialmente considerada, senão isto: uma cultura e uma ordem social comuns à qual concorrem, pela interpenetração e acomodando-se a umas tantas uniformidades [...]. Vê-se assim que é um conceito, o sociológico, de civilização lusotropical, de cultura e ordem social lusotropicais, que ultrapassa o apenas político ou retórico ou sentimental de comunidade *luso-brasileira* ou *lusíada*.” (FREYRE, 1958, p. 37)

A trajetória da lusofonia através da entidade tempo também é discutida por Alfredo Margarido, poeta e escritor português, e outro crítico dessa ideia lusófona. Margarido trata em sua obra *“A lusofonia e os lusófonos: Novos mitos portugueses”* (2000) do papel da lusofonia para Portugal, sendo ela distante do sinônimo de integração, mas sim ferramenta ideológica para os lusos recuperarem seu espaço no Atlântico. Como o escritor defende,

---

<sup>13</sup> Essa reflexão se inspira nos conceitos explorados por Antonio Gramsci, principalmente em seus Cadernos do Cárcere. Gramsci contribuiu para a construção da análise teórica sobre a lusofonia neste estudo.

"a lusofonia é apenas o resultado da expansão portuguesa e da língua que esta operação teria espalhado generosamente pelo mundo fora. Ou seja, seria menos o resultado de um projecto, do que a consequência inesperada de uma maneira particular de circular pelo mundo." (MARGARIDO, 2000, p. 13)

Em um segundo ponto da obra, Margarido sinaliza um novo tipo de "colonialismo", forjado por meio desse imaginário de "identidade" e "elo histórico". Ele completa:

"O meu intuito era muito simples: quis mostrar como nos recusamos, quer como colectividade, quer como indivíduos, a analisar de maneira sistemática as técnicas utilizadas para tratarmos os Outros. O discurso "lusófono" actual limita-se a procurar dissimular, mas não a eliminar, os traços brutais do passado. O que se procura de facto é recuperar pelo menos uma fracção da antiga hegemonia portuguesa, de maneira a manter o domínio colonial, embora tendo renunciado à veemência ou à violência de qualquer discurso colonial." (MARGARIDO, 2000, p. 76)

Para o debate sobre a lusofonia, José Eduardo Agualusa, jornalista e escritor angolano, não poderia ser esquecido. Sua perspectiva, alinhada a uma reflexão crítica sobre a identidade lusófona, mostra que há discrepâncias e falta de entendimento entre brasileiros, portugueses e africanos no "projeto" lusófono. Trata-se de uma discussão sobre o pós-colonialismo português, cujo argumento diz que a "partilha" de uma língua tem um nível político, das relações de poder entre os povos.

"Segundo o autor (Agualusa), tal política não pode desenvolver-se enquanto Portugal continuar, numa atitude envolta dum neocolonialismo utópico, a não reconhecer a centralidade de África e do Brasil na projeção internacional da língua portuguesa. Mas fica também a ideia de que a identidade lusófona é mais do que uma essência, ou uma política, é uma descoberta emocional e pessoal que dá sentido a um encontro casual entre duas pessoas, embora esse sentido seja criado através de imagens míticas e fantasias vindas do passado." (SEIXAS, 2007, p. 147)

Visto que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou o próprio PALOPS (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) são fóruns multilaterais de países de mesma língua, e que também reúnem outros países que tenham algum tipo de afinidade (pequeno contingente populacional falante ou observadores parceiros), o significado da lusofonia se torna ainda mais complexo. Isso demonstra o potencial desse instrumento para a

articulação de diálogo, entendimento e acordos, e o faz mantenedor de balança de poder nas relações internacionais, mesmo com suas próprias contradições (ao pertencer a lugares diferentes) e com as tensões que ocasiona.

Assim, a lusofonia se constitui como instrumento importante para formulação de agenda, de concertação político-diplomática, de suporte estratégico para o comércio, políticas sociais, institucionais e de governança. A identidade é reflexo das construções as quais lhe acometem, e pode gerar ambiguidades e disparidades, que precisam ser observadas.

## Considerações Finais

*“No fundo, não estás a viajar por lugares, e sim por pessoas.”*  
(Mia Couto)

A relação entre Brasil e Angola tomou direções distintas ao longo de sua ligação histórica. Por avanços e recuos, a ponte interatlântica entre os dois países se caracterizou e hoje vive um novo período de sua história, que pode ser visto como um momento de esfriamento das relações entre ambos.

Este fato pode ser explicado pelo discreto recuo do Governo brasileiro, durante o mandato de Dilma Rousseff, com relação à Angola. Antes, a conjuntura apresentava uma atuação assídua do Governo (Lula) em terras angolana<sup>14</sup>, principalmente para a internacionalização das empresas multinacionais brasileiras. Diversas questões, que aqui não cabem, podem explicar este novo cenário, mas sinalizam para uma tendência do Governo em priorizar questões domésticas e regionais.

Essa perspectiva demonstra um dos desafios mais profundos que a lusofonia, como instrumento de agenda política, enfrenta: a descontinuidade.

---

<sup>14</sup> Em todo o seu mandato, a presidenta Dilma Rousseff esteve em Angola apenas uma única vez, enquanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve no país três vezes. Para mais informações sobre as viagens presidenciais de Dilma e Lula, ver dados da BBC: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/02/140212\\_viagens\\_dilma\\_ms.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/02/140212_viagens_dilma_ms.shtml). Acesso em: 16 abr. 2013.

Ela ainda é difusa e imprecisa, o que confere a seu lado – o qual pode provir projetos e políticas sociais e educacionais que promovam a língua – inúmeras dificuldades. Se há o recuo das relações que lhe resgatam, há poucos incentivos e iniciativas para trabalhá-la.

Uma questão recorrente, que também é considerada um desafio para a lusofonia, é o próprio desconhecimento do que esse instrumento abrange. Esse é um ponto que acompanha a discussão sobre a identidade lusófona desde muito antes, no Brasil.

O ex-embaixador brasileiro em Angola, Alexandre Addor Neto (2010), entende que esse fato é, sobretudo, parte da negação da herança africana. Addor Neto também chama atenção para uma discussão essencial sobre a lusofonia: como fazer com que esta seja uma ferramenta que conviva com outras culturas, sem deslegitimar as etnias e peculiaridades de povos que estejam no mesmo espaço do português. No caso específico de Angola, que passou por uma guerra civil que gerou crises identitárias como nação, em suas raízes mais profundas, essa questão passa a ser um obstáculo.

*“O que proponho é que, ao lado dessa reflexão histórica, que é também uma reflexão sobre o Brasil, que não está isolado, mas profundamente ligado aos outros frutos ou brotos da presença portuguesa no mundo, haja um empenho para que o brasileiro comum, cada um de nossos cidadãos, tenha uma ideia mais precisa sobre essa ligação fraterna; que ele não apenas passe a valorizar teoricamente a sua herança africana, mas que tenha marcas dessa herança do outro lado do Atlântico no seu cotidiano. [...] Se tivermos em nosso país, nos meios de comunicação, nas casas de espetáculos e nas galerias, para nossos irmãos de língua e de raízes históricas, uma pequenina parte do que recebemos dos Estados Unidos e da Europa, será um enorme avanço, para nosso enriquecimento cultural e como abertura de mercado para manifestações culturais e artísticas desses países.” (NETO, 2010, p. 8)*

A presença das empresas multinacionais brasileiras em Angola também cria impasses nessa parceria lusófona. As críticas à atuação das empresas no território angolano reúnem casos e denúncias de violação de direitos humanos, devido a irregularidades nas condições de trabalho da classe operária e ao descaso com políticas sociais que atinjam a população e o desenvolvimento humano local.

A construção democrática, tanto no Brasil, quanto em Angola, sofre com esses antagonismos, com essa dicotomia entre cooperação e interesses. As

contradições sociais estão demarcadas em ambos os países lusófonos, e repensar a política internacional interatlântica sem trazer para o diálogo políticas que contribuam para soluções desses problemas é uma das dificuldades que a comunidade lusófona mais enfrenta.

Joveta José nos mostra (2011) que Angola se fortaleceu depois do fim da guerra civil com sua presença em espaços regionais e multilaterais, equilibrando seus objetivos com articulações externas. Um exemplo disso é a sua participação na União Africana (UA) e na própria Organização das Nações Unidas (ONU). A descontinuidade da CPLP, porém, poderia criar instabilidades que não condizem com este novo momento do país (JOVETA, 2011).

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa possui uma estrutura institucional que a consolidou como espaço multilateral, de diálogo e cooperação. Ela necessita, porém, caminhar com mais profundidade para permanecer sólida, trabalhar em projetos que atinjam políticas sociais em seus países membros, e também servir como organização que monitore e transforme as normas em ação.

Deste modo, a CPLP pode representar “um sim e um ainda não”. Como fórum multilateral, ela ainda tenta avançar em termos de *enforcement* no sistema internacional, já que os próprios países membros mantêm uma relação de dependência com os países mais desenvolvidos (CERVO, 2008, p. 295). A CPLP caminha a fim de ser mais pragmática (SARAIVA, 2012, p. 114), por meio de avanços jurídicos e práticos em sua atuação.

A “*Declaração sobre Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na era da Globalização*”, incluída em comum acordo no âmbito normativo da CPLP, em 2000, é um exemplo importante da relevância de pautas que superem os quadros sociais dos países membros. Essa declaração versa sobre iniciativas diante de crises políticas – ainda em curso em alguns países, como por exemplo, em Guiné Bissau –, e que, por isso, tem um caráter social, democrático, e comprometido com o desenvolvimento humano.

As relações políticas interatlânticas, reafirmadas com grande força no início deste século, descobriram que o passado nunca fora tão importante, e permitiram que a aproximação entre Brasil e Angola se consolidasse em uma parceria bilateral que favorecesse o empresariado multinacional brasileiro

(GARCIA, *et al*, 2012). Não somente se destaca o capital brasileiro como base desse Eixo, como também o Governo angolano se mostra otimista por essa coalizão.

O otimismo do capital em Angola não vem somente do Brasil, mas também – e principalmente, da China (GARCIA, *et al*, 2012, p. 12), o que sinaliza a importância desse crescimento econômico com a presença externa. Quanto a isto, Francisco Adjacy Farias (2011) nos mostra alguns dos elementos relevantes para esta perspectiva, e aponta que é necessário manter atenção às consequências.

“[...] as riquezas naturais do país, mormente as reservas de diamantes e petróleo, e a conflituosa situação dos angolanos em razão das constantes guerras que assolaram o país, gerando dificuldades de diversas ordens para edificação do Estado e construção da nacionalidade. A situação de Angola ilustra bem as motivações que levam o capital mundial à África e suas consequências.” (FARIAS, 2011, p. 308)

Saramago disse, certa vez, que “não há uma língua portuguesa”, mas sim “há línguas em português”. Esses sentidos implicam em muitos desdobramentos e direções para seus atores, falantes, ouvintes. Tudo isso faz da lusofonia um instrumento a ser observado, porquanto ela for parte desse mundo de disputas e incertezas, isto é, de um elemento que vem e vai do Brasil à Angola, sem silêncio.

## Referências Bibliográficas

ABC, Agência Brasileira de Cooperação. **Projetos de Cooperação Sul-Sul: Angola**. Ministério das Relações Exteriores. Governo do Brasil. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa?intIdTipCooperacao=1&intIdPais=12>. Acesso em: 03 de abr. 2013.

ABC, Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2010. Disponível em: [www.abc.gov.br/api/publicacaoarquivo/328](http://www.abc.gov.br/api/publicacaoarquivo/328). Acesso em: 03 de abr. 2013.

AGUALUSA, J. E.. **À propos de la lusophonie**. Lisboa, Público, 7 de dez. 1997. Disponível em: <http://www.ciberduvidas.com/antologia.php?rid=574>. Acesso em: 29 de jan. 2014.

BARBOSA, A. T.. **Relações Luso-brasileiras: passado, presente e futuro**. Centro de estudos da população, economia e sociedade da Universidade do Porto. Porto, 28 de set. 2010. Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/relacoes-luso-brasileiras-passado-presente-e-futuro/Relacoes-luso-brasileiras-passado-presente-e.pdf>. Acesso em: 12 de mar. 2013.

BITTENCOURT, M.. As relações Angola-Brasil: referências e contatos. In: CHAVES, R.; MACEDO, T.; SECCO, C. (Orgs.). **Brasil-África: como se o mar fosse mentira**. Maputo: Imprensa Universitária/Universidade Eduardo Mondlane. 2003. p. 87-116.

BORGES, J. Das novelas brasileiras ao mercado popular da África. São Paulo, Repórter Brasil, 6 de abr. 2007. Notícias. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2007/04/das-novelas-brasileiras-aos-mercados-populares-da-frica/>. Acesso em: 18 de abr. 2014.

CAMÕES, Instituto. **Aspectos da Lusofonia: A Língua Portuguesa. Elo de Integração**. In: COLÓQUIO SEMINÁRIO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO (SUED), DEPARTAMENTO LUSO-BRASILEIRO SALA DE CONFERÊNCIAS KS II. 70p. 20 out. 2011. *Atas...* Heidelberg: Universidade de Heidelberg. 2011.

CERVO, A.. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo, Saraiva. 2008.

CHACON, V.. **A Grande Ibéria – Convergências e divergências de uma tendência**. São Paulo: UNESP. 2005.

COX, R. "Social Forces, States, and World Orders: beyond international relations theory". **Millennium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, pp. 126-155, 1981.

CURTO, José C.. Vinho verso Cachaça – A luta Luso-Brasileira pelo Comércio do Alcool e de Escravos em Luanda, c. 1648-1703. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (Orgs.). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999. p. 60-97.

DE CARIA PATRÍCIO, R. C.. **Portugal-Brasil: Um Diálogo de Mais de 500 Anos. Revista População e Sociedade**. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade da Universidade do Porto, 2008.

FREYRE, G.. **Integração portuguesa nos trópicos**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais. 1958.

GARCIA, A. S.; FONTES, C.; KATO, K.. A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. 2011.

GONÇALVES, W.. **Convergências, cooperação e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.** In: XII CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE LISBOA - DEMOCRACIA E INTEGRAÇÃO NO ESPAÇO DE LÍNGUA PORTUGUESA: 1974 – 1994. 10p. 1994. Lisboa. *Anais...* Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. 1994.

GONÇALVES, W.; MIYAMOTO, S. Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: vol. 06, n.12, 1993, p. 211-243.

HALL, S.. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSAWM, E.. **Era dos extremos.** São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ponte Sobre Atlântico – Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento.** Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2012.

\_\_\_\_\_. **Parceria prevê estudos conjuntos em Brasil e Angola.** IPEA, Brasília, 28 jun. 2010. Notícias. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1462](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1462). Acesso em: 29 mar. 2013.

JORGE, N. R. O Brasil, o Atlântico Sul e a África Lusófona. ACIOLY, L.; MORAES, R. F. de. (Orgs.). In: **Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais: Visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia.** Brasília: IPEA, 2011.

JOVETA, J.. **A política externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil.** Dissertação. Porto Alegre, 2011.

KRAYCHETE, E. S.; PESSINA, M. E. H.; LESSA, E. A.; NASCIMENTO, M. de F.. **Cooperação Sul-Sul Angola e Brasil: Um primeiro estudo de caso,** 2013. Disponível em: <<http://www.elobrasil.org.br/texto/coopera%C3%A7%C3%A3o-sul-sul-angola-e-brasil-um-primeiro-estudo-de-caso>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

LEACH, M.; MENDES, N. C.; SILVA, A. B. da; XIMENES, A. C.; BOUGHTON, B. **Understanding Timor-Leste Conference.** Universidade Nacional Timor-Lorosa'e. Dili: Timor-Leste Studies Association, 2009.

LOPES, C.. **Entre o Regional e o Global. O Mundo em Português,** Lisboa, nº 45-47, jul-ago. 2003. Seção Dossier CPLP: Entre Perspectivas e Realidades. Lisboa: Príncipe e Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais. Disponível em <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=526> . Acesso em: 11 mar. 2013.

MADEIRA, M.. **Há 244 milhões de falantes de português em todo o mundo.** Público, Lisboa, 28 de out. 2013. Cultura. Disponível em:

<http://www.publico.pt/cultura/noticia/ha-244-milhoes-de-falantes-de-portugues-em-todo-o-mundo-1610559>. Acesso em: 25 abr. 2014.

MARGARIDO, A.. **A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. 2000.

MELO, J. M. de. **Síndrome da parentela geopolítica: os impasses da lusofonia no mundo globalizado**. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.33, n.2, p. 33-49, jul./dez. 2010.

MILLER, Joseph C.. A Economia Política do Tráfico Angolano de Escravos no Século XVIII. *In*: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (Orgs.). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999, p. 11-67.

MYIAMOTO, S.. **Geopolítica do Brasil: algumas considerações**. Campinas: Dep. de Ciências Políticas/UNICAMP, 2002. Disponível em: [http://www.academia.edu/1756942/Geopolitica\\_do\\_Brasil\\_algumas\\_consideracoes](http://www.academia.edu/1756942/Geopolitica_do_Brasil_algumas_consideracoes)

NETO, A. A. **As relações entre Brasil e Angola**. In: O MUNDO QUE O PORTUGUÊS CRIOU. Resenha. Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

PALMEIRA, J. Abertura. **Revista Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, Brasil, São Paulo, v. 1, n. 11, pp.05 – 08, set. 2011. Disponível em: <http://www.acoalfaplp.net>. Acesso em: 29 mar. 2013.

PANTOJA, S.; SARAIVA, J. F. S.. **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999.

PENNA FILHO, P.; LESSA, A. C. M.. **O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, n. 39, jan.-jun. 2007. p. 51-58.

PESSOA, F.. A Língua Portuguesa. **Obras de Fernando Pessoa**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1997. p. 73, 149; 150, 152.

\_\_\_\_\_. **Obras de Fernando Pessoa**. Lisboa: Porto, Lello & Irmão Editores. v. 3. 1986.

PFEIFER, S. M.. “O que quer? O que pode esta língua?” – Reflexões e provocações acerca do conceito de Lusofonia. *In*: Instituto Camões. **Aspectos da Lusofonia: A Língua Portuguesa. Elo de Integração**. 70p. 20 out. 2011. *Atas...* Heidelberg: Universidade de Heidelberg. 2011.

PINHEIRO, L. A. “Ao vencedor, as batatas!”: o reconhecimento da independência de Angola. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 39, jan.-jun. 2007. p. 83-120.

RETO, L. A.; ESPERANÇA, J. P.. **Potencial Económico da Língua Portuguesa**. *In*: Exposição Potencial Económico da Língua Portuguesa, 2014. Parlamento Europeu: Camões Instituto da Cooperação e da Língua. 17 – 21 fev. 2014.

RIZZI, K. R. **Relações Brasil-Angola no pós-Guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral**. Porto Alegre, ago. 2005.

SARAIVA, J. F. S.. **África parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SARAIVA, J. F. S.; GALA, I. V.. **O Brasil e a África no Atlântico Sul: uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul**. 2012. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf>. Acesso em: 09 nov. 2013.

SARFATI, G.. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEIXAS, E. C. do N.C. **Discursos Pós-coloniais sobre a lusofonia: comparando Agalusa e Saramago**. Natal: Cronos, v. 8, n. 1, p. 131-155, jan./jun. 2007.

SILVA, M. M. da. **A independência de Angola**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

SOUSA GALITO, M. de. **Impacto económico da Língua Portuguesa enquanto língua de trabalho**. Outubro, 2006. Disponível em <https://infoeuropa.eurocid.pt/files/database/000040001-000041000/000040091.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2013.

SOUZA, A. I. e R. de; SILVA, D. F. G. da; DILMANN, M.; GUEDES, M. S.; LEITE, S. C.. **Guerra Civil e o Desenvolvimento em Angola**. Anápolis, Revista Eletrônica de Economia da Unversidade Estadual de Goiás – UEG, jul./dez. 2011. v. 7, n. 2, p. 1-21. Disponível em: <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia/article/viewFile/432/348>. Acesso em: fev. 2014.

TAUTZ, C.; SISTON, F.; PINTO, J. R. L.; BADIN, L.. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. *In*: BECKER, B. K.; MENDES, C.; BUARQUE, C.; SACHS, I.; COSTA, J. F.; DOWBOR, L.; SALAMA, P. (Org.). **Os anos Lula: Contribuição para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

UNITED, Nations. **Glossary of Humanitarian Terms**. Nova York: Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. 2003. Disponível em: <http://un-interpreters.org/glossaries/ocha%20glossary.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

UNITED, Nations Department of Public Information. **United Nations Angola Verification Mission III**. Nova York: United Nations, 2013. Disponível em:

<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unavem3.htm>. Acesso em: 10 out. 2013.

VALENTIM, J. P.. **Lusotropicalismo e lusofonia**: uma perspectiva psicossocial. Via Latina, 2005. v. 2, p. 67-73.

VENÂNCIO, F.. **O reino da falácia**. Lisboa, Ler, 1 de set. 2011. p. 36-40. Disponível em: [http://issuu.com/roquedias/docs/ao90\\_reino\\_da\\_falacia](http://issuu.com/roquedias/docs/ao90_reino_da_falacia). Acesso em: 10 de maio. 2014.

VILA MAIOR, D.. **Fernando Pessoa: um diálogo com a lusofonia**. 2008. Disponível em: [http://iberystyka-uw.home.pl/pdf/Dialogos-Lusofonia/Coloquio\\_ISII-UW\\_36\\_VILA-MAIOR-Dionisio\\_Fernando-Pessoa-Um-dialogo-com-a-Lusofonia.pdf](http://iberystyka-uw.home.pl/pdf/Dialogos-Lusofonia/Coloquio_ISII-UW_36_VILA-MAIOR-Dionisio_Fernando-Pessoa-Um-dialogo-com-a-Lusofonia.pdf). Acesso em: 01 ago. 2013.

WENDT, A.. **Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics**. International Organization, v. 46, Spring, pp. 391-425, 1992.

WENDT, A.. **Collective Identity Formation and the International State**. American Political Science Review, v. 88, n. 2, pp. 384-396, 1994.

Recebido em: 30/09/2014  
Aprovado em: 28/12/2014